

Dr. Jorge Leitão Santos, sobre o serviço ambulatorial de Análises Clínicas efectuado por laboratórios convencionados:

«O Estado ganha em custos, proximidade e rapidez de resposta»

ATÉ MUITO RECENTEMENTE, FOI UMA opção de todos os governos portugueses que o serviço ambulatorial de Análises Clínicas fosse efectuado pelos laboratórios convencionados. Para tal, o Sector encontra-se devidamente organizado para a prestação dos exames de Análises Clínicas para todos os beneficiários do Serviço Nacional de Saúde. Contudo, o Estado está a alterar esta forma de actuação.

O Dr. Jorge Leitão Santos, membro do Conselho de Administração da REDELAB, afirma que o serviço convencionado foi criado para dar resposta às necessidades do País e recorda que já os antigos serviços das Caixas de Previdência e, posteriormente, os Serviços Médico-Sociais faziam acordos com os laboratórios das diferentes zonas do Território Nacional (Continente e Ilhas). Mais tarde, surgiram as convenções, que alargaram esse acordo a todos os laboratórios cujo director fosse considerado idóneo pelas respectivas ordens profissionais dos médicos ou dos farmacêuticos.

Desta forma, generalizou-se a prestação, passando a haver oferta de qualidade em todas as localidades, portanto, acessível a toda a população.

Sem necessidade de investimento, menciona o entrevistado, o Estado Português, que está na génese deste sistema, tem à sua disposição uma rede de laboratórios, devidamente licenciados. «Regulamentou o sistema, licenciou-o e regulou o valor que considerou justo para o remunerar, através de tabela de preços e nomenclaturas por si definidos.»

Porém, verifica-se, agora, uma viragem nesta forma de actuação. Aos poucos, um serviço que era tradicionalmente prestado pelos laboratórios privados convencionados está a ser concentrado nos hospitais públicos, o que irá, segundo o Dr. Jorge Leitão Santos, «acarretar prejuízos», principalmente para o utente, mas também para o próprio Estado e, evidentemente, para o sector convencionado.

O primeiro prejuízo será a erradicação do conceito de «laboratórios de proximidade».

Estes estão, actualmente, perto do utente que, com toda a comodidade e rapidez, obtém junto à sua residência uma resposta de qualidade.

No entanto, continua, «não há oferta igual ou superior, a não ser que o Estado replique a rede que está instalada no País». Isto, do ponto de vista económico, «não fica mais barato». O entrevistado conta que houve, desde o início, um forte investimento por parte dos profissionais desta área em instalações, pessoal especializado, técnico e administrativo. Informatizaram-se as unidades laboratoriais e certificaram-se praticamente todos os laboratórios, sendo o controlo da qualidade interno e externo uma realidade e a responsabilidade pelas despesas destes serviços é unicamente do laboratório convencionado.

«Além disto, vários estudos já referenciados pelas associações do sector demonstram que as análises efectuadas no sector público oneram significativamente o custo da análise. Concluímos assim que, com o actual sistema, o Estado tem ganho em custos, proximidade e rapidez de resposta, com qualidade garantida. Para ter uma rede semelhante à existente no sector convencionado, o sector público teria de fazer um investimento astronómico», observa o Dr. Jorge Leitão Santos, sublinhando que esta situação «é uma completa incoerência».

Por último, é evidente que estas alterações também têm consequências graves no sector convencionado, sendo a primeira delas o desemprego. «Neste momento, a preocupação com os números está a fazer com que se esqueçam as pessoas. Se continuarmos com uma concorrência deste género, os laboratórios acabarão por fechar. Muitas pessoas vão ficar no desemprego e isso também vai sobrecarregar o Estado.»

E observa: «É importante perceber que não é acabando com o sector convencionado que se contém a despesa, pelo contrário, podemos estar a agravá-la, porque estamos a criar uma rede paralela. A contenção deve ser feita através da realização criteriosa e sem exageros de análises, possibilitando ao utente um serviço de qualidade, próximo de si e que não seja oneroso para o utente e para o Estado.»



Resumo curricular

Actualmente membro do Conselho de Administração da REDELAB, proprietário e director técnico do Laboratório de Análises Clínicas Dr. J. Leitão Santos, Lda. O Dr. Jorge Leitão Santos licenciou-se, em 1969, em Farmácia, pela Faculdade de Farmácia da Universidade Clássica do Porto, e especializou-se, em 1977, em Análises Clínicas pela Ordem dos Farmacêuticos (OF).

Foi docente universitário, entre 1969 e 1984. Exerceu funções como analista clínico, de 1971 a 1975, a nível hospitalar, nos hospitais Militar Principal, Maria Pia e Universitário de Luanda e, a nível privado, desde 1972.

Foi, entre 1989 e 1995, membro da Direcção Nacional da OF; de 1990 a 1995, da Comissão Inter-Ordens dos Médicos e dos Farmacêuticos; e de 1991 a 1995, membro da Federação Europeia dos Biologistas. Entre 1992 e 1994, foi membro da Comissão Ministerial para os assuntos das Análises Clínicas/Patologia Clínica e membro fundador, em 1992, da Associação de Farmacêuticos dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

É sócio fundador da CoopLab, C.R.L. – Cooperativa de Laboratórios de Análises Clínicas e seu presidente de 1994 a 1997; e, de 1997 a 2000, assumiu o cargo de vice-presidente da mesma entidade, tendo sido reeleito, sucessivamente, como presidente da Direcção, desde 2000.

Em 1999, foi membro da Comissão Técnica Relacre CTR05 e, em 2000, do Departamento de Qualidade em Análises Clínicas do Sistema de Garantia de Qualidade dos Laboratórios, implementados pela OF. É sócio fundador da REDELAB desde 2007, do qual foi o primeiro presidente do Conselho de Administração.